

# A arquitetura do medo: um estudo sobre Barra da Tijuca e a prática do não encontro<sup>1</sup>

The architecture of fear: a study of Barra da Tijuca and the practice of not meeting

Mônica C. P. Sousa | sousamonica@hotmail.com  
Mestre em Comunicação (UERJ). Professora da  
Faculdade do Sul Fluminense (FASF).

## Resumo

Este trabalho busca discutir o imaginário das grandes cidades a partir da violência urbana. Dessa perspectiva analisamos a reconfiguração dos espaços da metrópole carioca e de que maneira o medo da violência altera as relações humanas. Novos bairros surgem e antigos se reestruturam, criando uma nova arquitetura para a cidade. Como objeto de estudo, pesquisamos o bairro da Barra da Tijuca, área nobre da Zona Oeste carioca e seus condomínios fechados.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Violência. Comunidade. Comunicação.

## Abstract

*This article discusses the imaginary of big cities about urban violence. From this perspective we examine the reconfiguration of spaces in Rio metropolis and how the fear of violence alters human relations. Old neighborhoods emerge while old ones are restructured, creating a new architecture for the city. As the object of study, we surveyed the neighborhood of Barra da Tijuca, a noble area of the western zone of Rio de Janeiro and its closed condominiums.*

**Keywords:** Urban space. Violence. Community. Communication.

## INTRODUÇÃO

*A cidade, grande cemitério do reino animal, fechou-se asséptica sobre as últimas carniças enteradas com as últimas pulgas e os últimos micróbios. O homem finalmente havia restabelecido a ordem do mundo que ele próprio transtornara: não existia nenhuma outra espécie viva para recolocá-lo em dúvida. Como recordação do que era fauna, a biblioteca de Teodora conservaria em suas estantes os tomos de Buffon e de Lineu.*

(CALVINO, 2003)

123

Estar entre o bem e o mal da sociedade são concepções que, além de subjetivas, invocam escolhas de posicionamento. O grande mérito, e daí a dificuldade de polarizar a sociedade, seria saber com precisão o que pressupõe estar em um ou noutro. E é esse um dos grandes questionamentos da contemporaneidade. A cidade é pulsante, um emaranhado de misturas, de cores, de formas e de saberes. Restringir seu conceito a termos como bom ou ruim, lado do bem e lado do mal é limitar sua característica primordial de abarcar o múltiplo e ser concebida como tal justamente pela incompatibilidade. Na contemporaneidade, sem nos atermos aos conceitos divergentes de moderno e pós-moderno, temos um outro jeito de experimentar a cidade e o diferente que esbarram em nós nas calçadas, nos transportes coletivos ou no trânsito, mesmo que com a janela como limite. É feita e concebida pela mistura, pelo diferente e, muitas vezes, por aquilo que se quer excluir e que fica relegado à exclusão. São esses “detritos” das grandes cidades que os novos espaços urbanos afugentam para além dos muros.

Para Ítalo Calvino (2003) todas as cidades são parte de uma mesma cidade. Caracterizá-las e defini-las depende das lembranças de cada viajante e dos detalhes que a diferenciam. Os monumentos, as construções e os emblemas estão presentes em todas elas. Sejam as estátuas, que réplicas, invocam o espírito de outras metrópoles sejam as modas das mulheres que se repetem pelas estações do ano. Pensar a cidade do Rio de Janeiro é encontrá-la em diferentes aspectos em muitas outras metrópoles do mundo, o que Bauman (apud CANCLINI, 2003, p. 153) definiu como “habitats de significados” – ofertas de diferentes espécies provenientes das mais diferentes culturas além da sua própria.

## O MEDO ALÉM DAS PORTAS E MUROS

A falta de conhecimento prévio! Mesmo lacônica, a frase nos faz compreender o conceito de medo definido por Baumam (2008). Para ele, o medo é a falta de motivos claros, algo sem endereço nem explicação

visível. É o escuro da idade das trevas – que se prolonga na contemporaneidade com novas características. É a dúvida do que se vai encontrar, daquilo que está à espreita (ou apenas é a sensação de que há algo latente); “medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que dever ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (Id., p.8).

Utilizando o conceito de contemporaneidade – como o que ainda guarda resquícios do tradicional – podemos pensar o medo na sociedade contemporânea, a partir das idéias de Giddens (1997). Segundo ele, o “fim” das estruturas fundamentadas na tradição resulta em uma infinidade de possibilidades que gera insegurança, ao mesmo tempo em que produz o sentimento de vulnerabilidade descrito por Bauman. As probabilidades nos colocam em posição de supor o futuro, entretanto, ao tentarmos colonizar o futuro, o que conseguimos é uma maior frustração na incerteza daquilo que vamos encontrar.

O autor compara sua própria concepção de estranho com a de Simmel (1983). Enquanto para este o estranho é aquele que, além de pertencer ao mundo desconhecido, permanece e obriga a uma tomada de decisão quanto à sua aceitação ou não como alguém do grupo; Giddens acredita que o estranho é aquele que não é familiar, que não é “estruturado pelas tradições com que a coletividade se identifica” (p. 101).

Na nossa contemporaneidade, estilos de vida são criados como uma tentativa de ordenar o mundo, apenas uma tentativa – de deixar claro quem é quem e a maneira como escolhem viver é uma forma de representar a reflexividade (GIDDENS, 1997) da nossa sociedade, de deixar em evidência uma legitimação de poder. Reestruturar a tradição de criar categorias é uma maneira de se manter seguro. Uma das categorias dessa divisão pode ser encontrada no Rio de Janeiro a partir da criação de novos bairros, como a Barra da Tijuca (BT). Morar na Barra pressupõe valores de segurança, conforto, lazer e meio ambiente, em um mesmo espaço. Uma tentativa de viver em meio ao caos da violência urbana.

Dados da primeira década do século XV – período das primeiras estatísticas de Paris – apontam o elevado número de crimes contra a pessoa. “Em 1405-1406 [...], 54% dos casos que chegavam às cortes criminais relacionavam-se a ‘crimes passionais’; apenas 6% decorriam de roubos; de 1411 a 1420, 76% das ocorrências foram contra pessoa; 7% ligadas a roubos”. (SENNETT, 2001). Em Genebra (MICHOU, 1989), na segunda metade do século XVI, em 1562, 31% das ocorrências eram referentes a brigas e roubos; ou em Paris em 1488, das cem pessoas presas em uma semana, metade foi pelo uso de violência física. Outros exemplos são os condados britânicos de Norfolk, Warwick ou Oxford que tinham em 1202-1276, respectivamente, 719, 276 e 309 vítimas para cada 100 mil habitantes.

Em Paris, por exemplo, no século XVI, as ruas começam a ser estruturadas (SENNETT, 2001) para o aprimoramento comercial. Uma nova

arquitetura possibilitou que os mercadores expusessem melhor o estoque. Aos poucos a nova realidade transforma as transações comerciais e altera o tempo da rua, que passou não mais a depender tanto da luz do dia, o que aumenta seu potencial de utilização. Concomitantemente, as ruas eram reconhecidamente violentas. O século das luzes e toda promessa de transformações dos ideais, a partir de então, calcados mais fortemente na razão, não impediram que novos temores surgissem.

Pela metade do século XVIII, as ruas, seja de Paris ou Londres, eram sujas, pequenas e escuras. Andar por elas era uma atividade corriqueira de encontro, de reconhecimento dos lugares e de lazer (SENNETT, 1998). Ao mesmo tempo, o prazer do passeio pela cidade, que explorava os monumentos, as igrejas e as praças (menos uma questão de se ver panoramas e sim ver gente) se confrontava com os crimes violentos cometidos mesmo durante o dia. Era um convívio permanente de tensão, entre o encontro nos primórdios do espaço público urbano e a convivência pouco pacífica entre os indivíduos.

É importante analisar esses números e com eles desmistificar que talvez estejamos em uma época mais perigosa que as anteriores. O que presenciamos, podemos pensar, é uma maior capacidade de destruição pelos armamentos bélicos que em segundos destroem o equivalente a anos das guerras medievais. Para exemplificar os sentimentos de estardalhaço quanto à violência das cidades no século XVIII, Michoud (1989) cita A. Farge, que declara o espanto da sensibilidade moderna com a violência das ruas e traça um retrato da gravidade dos ataques a partir dos relatórios médicos, que informam sobre o uso tanto de quaisquer utensílios cortantes quanto caçarolas, caldeirões, barquinhos de madeira, como forma de ataque. Para Farge, “a agressão é simplesmente uma resposta à outra violência, a dos tempos. [...] É uma violência dos pobres entre si” (apud MICHOU, 1989, p. 34).

É claro que não pretendemos, aqui, traçar um paralelo entre a violência das cidades européias dos séculos passados com a violência das cidades brasileiras no século XXI. Mas os exemplos podem representar a violência como algo latente nas urbes das idades Média e Moderna, com suas aglomerações, escuridão e diferenças sócio-econômicas, distintas dos critérios e dos problemas atuais. Ao contrário das épocas anteriores, vivemos a criminalidade concomitantemente com os últimos lançamentos de sistemas de segurança física e, ao mesmo tempo, com os seguros sociais. O que propomos, pois, é pensar a violência numa cidade como a do Rio de Janeiro como um amálgama de fatores que ultrapassam as dicotomias superficiais de pobres/ricos, brancos/negros, centrais/periféricos.

Muniz Sodré (1992) avalia a violência como uma ruptura da força de forma desordenada e explosiva, que motiva a delinquência e outras ilegalidades nomeadas pelo Estado. Essas agressões, que ele chama de violência anômica, podem ser entendidas como: assaltos, crimes de morte, massacres e variantes.

Nas suas análises, o autor confronta esse modelo de violência (ato de violência) ao modelo de violência institucional (estado de violência), determinada pela inércia dos indivíduos frente à brutalidade dos órgãos burocráticos do Estado. De tal maneira, os indivíduos, pela coação, se vêem destituídos de força pelos aparelhos e estruturas sociais. Por essa percepção, Muniz Sodré pensa a violência como um processo de encadeamento, que gera um efeito de circulação sequencial na coletividade. É importante pensar para esse trabalho a maneira como o autor coloca não somente a comunicação de massa como definidora dos modelos de encadeamento, mas também como o urbanismo e a arquitetura – nesse trabalho específico, ambos são imprescindíveis – acompanham as mudanças culturais que transformam as atitudes humanas.

É pelos contatos encadeantes, e por isso contagiantes, que a operação de epidemia se faz possível na disseminação da violência urbana, porque expõe uns aos outros, à circulação, a um espaço que se torna geograficamente habitado estruturalmente de maneira marginal pelo sistema moderno de urbanização e produtividade. O paradoxo brasileiro é percebido quando a balança comercial está em superávit; o “risco Brasil” atinge índices cada vez menores; armamentos e meios de transporte e de comunicação sofisticados; ao mesmo tempo em que convivemos com pobreza, miséria, narcotráfico, favelas. O paradoxo contemporâneo convive entre a proximidade da ostentação e da miséria.

#### ENTRE CLOÉ E NOVA IORQUE

Em Cloé, cidade grande, as pessoas que passam pelas ruas não se reconhecem. Quando se vêem, imaginam mil coisas a respeito umas das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas. Mas ninguém se cumprimenta, os olhares se cruzam por um segundo e depois se desviam, procuram outros olhares, não se fixam. (CALVINO, 2003, p. 53)

Chamada de a Miami brasileira por Carlos Lessa (2000), o bairro da Barra da Tijuca, área nobre do Rio de Janeiro, está localizado na Zona Oeste da cidade e faz parte da Região da Barra da Tijuca, que abrange além do bairro com o mesmo nome, os bairros Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. O bairro da BT está dividido em condomínios fechados (horizontais, verticais e mistos), shoppings e avenidas.

Apesar de ser a menor região em população da cidade, os dados demográficos indicam que a região foi a que mais cresceu no Município na década de 1990, cerca de 44%. Com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Censo do IBGE de 2000<sup>2</sup>, sua densidade bruta de 10,5 habitantes por hectare é a menor entre as 12 regiões do Plano Estratégico que compõem o Município<sup>3</sup> – uma área de 16.559 hectares, na qual residem 174.353 habitantes, segundo o mesmo Censo. O maior aumento populacional ocorreu na segunda metade da década, com

uma taxa relativa de crescimento de 26%.

No mesmo documento do Plano Estratégico são definidas diretrizes voltadas para os potenciais da região, como lazer, turismo, negócios, plano urbanístico moderno, e preservação ambiental. A região que compõe a Barra da Tijuca já surge com a proposta de transformar-se em um lugar dos sonhos, que conjurasse, no mesmo espaço, elementos determinantes e falíveis na cidade do Rio de Janeiro, como a questão do meio ambiente e de segurança; e, concomitantemente, se tornasse uma “catedral do consumo”, com shoppings, salas de teatro, complexos de cinemas e parques aquáticos.

Usando o mesmo lema de Guimarães Rosa de que “viver é muito perigoso” os novos bairros/cidades exacerbam nossas percepções preconceituosas do outro, de criar estigmas pejorativos da vida fora dos muros dos enclaves fortificados descritos por Teresa Caldeira (2003, p. 211) como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho”. Estar fora dos condomínios é estar à mercê do imprevisível, de uma realidade que não obedece a normas e está sempre na categoria do concretamente possível. Se o medo gera reclusão, o resultado deste não pode ser outro que não mais medo. Criamos uma busca constante por uma cidade exemplar, o que Rafael Argullol chamou de cidade turbilhão: “modelo de uma cidade cujo principal desígnio é defender-se dela mesma” (ARGULLOL, 1994, p. 67).

No livro *Carne e pedra* (2001), Sennett descreve os artifícios criados para que a convivência com os judeus fosse possível. Utilizando do conceito cunhado por Brian Pullan, o autor descreve a “segregação sem expulsão” imposta aos judeus em Veneza. Por tal concepção, a segregação era não de uma total exclusão, mas pautada por regras que diferenciavam os grupos e que, através de uma solução espacial, delimitava as zonas de convivência. Podemos contextualizar o conceito de Pullan, criando um paralelo contemporâneo na realidade brasileira, na qual tal “segregação sem expulsão” possa ser adaptada às condições contraditórias das divisões sociais das cidades brasileiras, embora o conceito se refira a um contexto e época totalmente distintos.

A relação da cidade com o homem é pautada por barreiras impostas pela reurbanização, o que para Camilo Sitte (apud, SENNETT, 1998, p. 359) extraem o seu valor principal – o favorecimento do contato. Por essa concepção, o enfrentamento deve ser estimulado para que os seres humanos se habituem a correr riscos e aprimorem suas percepções e experiências. No entanto, percebemos que nas grandes cidades – principalmente naquelas com altos índices de criminalidade, como é o caso do Rio de Janeiro – a urbanização de espaços tão racionais é resultado do medo da violência urbana.

Bauman (2003), com um pensamento pessimista, entende as comunidades existentes como “fortalezas sitiadas” que se vêem ameaçadas por inimigos internos e externos e, por isso, “trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias, terão

que passar a maior parte de seu tempo” (Ibid. p. 19). No entanto, Maffesoli (1998) com sua postura de reencantamento do mundo crê ser possível que comunidades ainda existam numa pluralidade de elementos. Seu conceito de “comunidade de destino” é baseado na possibilidade de se exprimir solidariedade por meio de projetos racionais ou políticos. E a idéia de comunitário surge exatamente porque há a proximidade, a partilha de um mesmo território, de interesses análogos. Não é somente a concepção de cidade que se modifica com o tempo e a partir de novas configurações, mas principalmente a maneira e o porquê de estar neste espaço. Os novos bairros das grandes cidades mundiais – ou, no caso específico deste trabalho, a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro – são evidências de que novas concepções de comunidade surgem pela necessidade de se adaptarem à realidade das relações humanas.

Para Bauman tais comunidades são mostras da frivolidade e superficialidade dos grupamentos humanos, o que ele denomina “comunidades cabides”, “os laços são descartáveis e pouco duradouros. Como está entendido e foi acertado de antemão que esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos.” (2003, p. 67) Segundo ele, nada do que for sentido como útil até que seja satisfatório e que corresponda ao homogêneo corresponde ao conceito de comunidade. “Uma multidão de Don Giovannis não constituiria uma comunidade”. (Ibid., p. 52).

No mundo de neotribalismos, em que o que é vivido junto se torna cimento para a proximidade, talvez, em nossa época tão desordenada, seja exatamente o que determina a aura do nosso relacionamento com o outro. Um caos urbano de um relacionamento de não-relacionamento. Nossos conceitos de encontro e de proximidade se vêem totalmente distorcidos e precisamos reinventá-los. Isso é o que Maffesoli chama de relação táctil, na qual as interações existem como união em pontilhados – o que não pressupõe uma presença plena do outro.

Talvez seja exatamente esse o conceito de comunidade em bairros como a Barra da Tijuca, na qual há uma prática de comunidade, mas que se apresenta com uma experiência diferente. Desta maneira, o neotribalismo certifica os novos reagrupamentos, mesmo que seja um reagrupamento burguês em defesa de interesses sociais e privados, no qual as pessoas se unem em torno de um bem comum, mas não necessariamente deixam de ser individualizados em certos aspectos e em certos limites impostos. O condomínio fechado ou os bairros fechados são as provas cabais de novos modelos de comunidades, muito distantes dos ideais de fraternidade de Toonies e Bauman.

A concepção de tais refúgios é uma tentativa de hierarquizar socioeconômica e espacialmente a cidade, o bairro, a rua. Com procedimentos que dificultam ainda mais as relações humanas, já tão deterioradas, os enclaves produzem uma concepção de relação uniforme e impede o exercício de nossas percepções para as trocas simbólicas e as traduções dos

significados culturais ou sociais.

A imensa capacidade da cidade em suscitar criatividade – gerar mudanças e novas combinações, possíveis pelo amálgama de diferentes vozes – dá a vez a um *apartheid* que exacerba o individualismo. Por tal percepção, cria uma sociedade em ritmo de progressão geométrica cada vez mais maniqueísta, que tenta a todo custo deixar de lado “a parte do diabo” (MAFFESOLI, 2004), tão essencial para a base da sociedade e da estrutura urbana.

Em *A metrópole e a vida mental* (1983), Simmel nos apresenta os adeptos da atitude *blasé*. As transformações que assolaram a modernidade no século XIX exacerbaram as diferenças entre o ritmo das áreas rurais e metropolitanas. Os indivíduos, para Simmel, gradativamente se adaptam à nova realidade das cidades e alteram a forma como se relacionam e percebem as ruas, o outro e a própria realidade em que se encontram. São muitos os estímulos a que estão expostos, e a solução que a psique encontra para “acomodar-se ao conteúdo e a forma da vida metropolitana” é selecionar os estímulos a que vão reagir.

Transportando-nos para a realidade brasileira do século XXI, enquanto o indivíduo *blasé* do autor está exposto a tantos novos estímulos que o atrapalham a capacidade de distinção, a atitude de indiferença em relação ao outro nas metrópoles brasileiras, nesse caso do Rio de Janeiro, pode nos levar a considerar novos ensejos. Cotidianamente, mendigos, catadores de papel, pedintes e malabaristas de sinais de trânsito apresentam-se nas ruas das grandes cidades. Entretanto, suas presenças nos são praticamente invisíveis. Exceção apenas quando atravessam os espaços delimitados, espaços esses não necessariamente físicos, mas perceptivos. Ter uma atitude *blasé* contemporânea não é apenas ignorar os de fora, mas principalmente proteger-se dos perigos próprios da atual metrópole. Os muros e as grades eletrificadas personificam que nossa indiferença não está centrada somente em não ver, mas também em não participar.

Embora pouco reconhecida, as problemáticas urbanas são produtoras de subjetividade (GUATARI, 1992), e interferem diretamente no destino da humanidade. A diferença entre estar no Rio de Janeiro de carro fechado e com ar condicionado e o estar caminhando, sentindo o verdadeiro cheiro da cidade seja o aroma do mar ou o odor do esgoto, é um dos caminhos possíveis para entender de que maneira construímos a subjetividade individual e coletiva da pólis. Mesmo afastada da outra parte da cidade, a Barra cria sua própria subjetividade no contato com o semelhante porque propõe viver a cidade pelas ferramentas de comunicação. Ao mesmo tempo, facilita a formação de tribos que proporcionam o contato, diferente do que se espera de uma cidade, mas que ainda assim encontra um meio de estar próximo. A circulação é presente, não tanto de pessoas, mas de informação.

Podemos nos utilizar e contextualizar o conceito de “arquipélago de cidades”, de Guattari (1992), pelo qual subconjuntos de cidades estão conectados pela diversidade dos meios de comunicação. Para o autor, as desigualdades entre

centro e periferia são minimizadas frente às desigualdades das malhas urbanas que se interconectam entre áreas de classe média e áreas subdesenvolvidas. O mesmo que ocorre com a Barra da Tijuca, com suas torres e shoppings equipados tecnologicamente e informatizados, que convive com áreas subdesenvolvidas a poucos quilômetros, como a da Cidade de Deus ou a favela Castelo das Pedras. Pela concepção de Guattari, os meios telemáticos são, então, os responsáveis pelo “arquipélago de cidades”, zonas desterritorializadas nas quais os substratos das cidades-mundos se disseminaram pelo mundo no que o autor denomina de “rizoma multipolar urbano”. Por esse conceito, cidades muito pobres onde se aglomeram milhões de pessoas em favelas se vinculariam a “focos urbanos altamente desenvolvidos, espécies de campos fortificados das formações dominantes de poder, ligados por mil laços ao que se poderia denominar a intelligentsia capitalista internacional” (GUATTARI, 1992, p. 171).

Em *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro* (1988), Beatriz Jaguaribe entende a BT com um planejamento urbano na qual a ordem social traduz-se no acesso ao consumo, o qual se vê instituído do que ela denomina “encenação kitsch” (p. 143), devido a seus edifícios redondos com janelas que se assemelham à Torre de Pisa, os prédios com vidros multicoloridos e cromatizados, e as réplicas, como a da Estátua da Liberdade no New York City Center (shopping center). Ao mesmo tempo, a autora ressalta os valores burgueses da família e da propriedade que são parte do arcabouço da Barra, e que se articulam nas modalidades de consumo e na proliferação de shoppings como a alternativa para os momentos em que se sai dos condomínios.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por moradias fortificadas – uma das características da Barra da Tijuca – leva-nos a considerar que o medo da violência urbana numa cidade como o Rio de Janeiro passa pela concepção de vulnerabilidade que fundamenta a criação de instrumentos de defesa, de proteção. Os condomínios fechados repletos de segurança, câmeras 24 horas, alarmes, grades, cercas eletrificadas, janelas blindadas, entre outros, são reflexos de que o medo nas grandes cidades institui dispositivos que tornam a vida com medo em algo suportável.

### NOTAS

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no fórum Terreno e Arquitetura, uma simbiose entre o ser e o mundo – evento componente do XV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário – Congresso internacional.

<sup>2</sup> Esses são os dados mais recentes do Censo, que será refeito em 2010.

<sup>3</sup> Utilizei para complementar os dados do Plano Estratégico Regional, do município do Rio de Janeiro

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Zahar. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Globo, 2003

CANCLINI, Nestor Garcia, *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

GUIDDENS, Antony. Modernização pós-tradicionista. In: GUIDDENS, A. et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. USP, 1997.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1988;

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

SENNETT, Richard. Carne e pedra. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.